Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
v. 4, n. 1 - Edição Especial - 2018
Missões

O NOVO CENÁRIO POLÍTICO A PARTIR DA DEMOCRATIZAÇÃO E DO PLURIPARTIDARISMO PÓS-1945: UMA BREVE ANÁLISE DO RIO GRANDE DO SUL

THE NEW POLITICAL SCENARIO BASED ON THE POST-1945 DEMOCRATIZATION AND MULTIPARTY SYSTEM: A BRIEF REVIEW OF RIO GRANDE DO SUL

Felipe Vargas da Fonseca[1]

Resumo: No presente artigo, analisamos a estruturação dos partidos políticos no contexto pluripartidário pós-45 no estado do Rio Grande do Sul, principalmente o PTB, abordando o processo de sua consolidação como um partido nacional-reformista e as disputas políticas com os partidos liberais-conservadores: PSD, UDN e PL. Através da análise da formação dos partidos políticos no Brasil, e de maneira especial no Rio Grande do Sul, buscamos identificar os mecanismos e os agrupamentos internos que resultam deste processo, que serão fundamentais para consolidações de lideranças políticas que marcaram a segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Partidos Políticos; PTB; Rio Grande do Sul; pluripartidarismo.

Abstract: In this article, we analyze the structure of political parties in the post-45 multi-party context, and state Rio Grande do Sul, mainly the PTB, addressing the process of its consolidation as a national-reformist party and political disputes with liberal-conservative parties: PSD, UDN and PL. Through the analysis of the formation of political parties in Brazil, and especially in Rio Grande do Sul, we seek to identify the mechanisms and internal groupings that result from this process, which will be fundamental for the consolidations of political leaderships that marked the second half of the 20th century.

Keywords: Political Parties; PTB; Rio Grande do Sul; multiparty system.

O SURGIMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS PÓS-45: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS

Em um contexto de combate internacional contra os regimes nazifascistas, o Estado Novo começou a sofrer pressões para um abrandamento do autoritarismo vigente. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ao lado dos Aliados trouxe uma situação contraditória para o regime. Se, por um lado, o estado de guerra poderia justificar a sustentação de um regime autoritário e a promulgação da Constituição de 1937[2], por outro, trouxe

[1] Mestre em História pela Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: felipe_vargas_10@hotmail.com

[2]Em 10 de dezembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição, idealizada e redigida pelo ministro da Justiça, Francisco Campos. A nova Carta incluía vários dispositivos semelhantes aos encontrados em constituições de regimes autoritários fascistas vigentes na Europa, como as de Portugal, Espanha e Itália. Com o Congresso Nacional fechado e com a decretação de rigorosas leis de censura, Vargas pode conduzir o país sem que a oposição pudesse se expressar de forma legal.

contestações contra a ditadura por parte da sociedade, colaborando para a crise e queda do Estado Novo em outubro de 1945.

A partir de 1943, as pressões da oposição e de grupos da sociedade civil se intensificaram, ocorrendo passeatas, organizadas pelos estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), contra o nazifascismo (VI Congresso da UNE, semana Antifascista, Manifesto dos Mineiros, etc.). Diante disso, Vargas assegurou que após o término da guerra empreenderia a normalização da vida política do país. Que vivia momentos de tensões políticas, tornando-se praticamente insustentável manter a unidade da base social do regime.

Assim, cisões e divergências internas começaram a emergir (MENDES, 1966, p. 232). Esse processo iniciado na metade dos anos de 1940 é reflexo de uma conjunção de elementos internos e externos que acabam acelerando a democratização. Os fatores externos são resultado do novo contexto internacional a partir da derrota do nazifascismo, que acaba por tornar cada vez mais inviável a sustentação do regime ditatorial varguista. Na conjuntura interna, as oposições ao regime começam a se reagrupar, estes grupos vão desde setores das oligarquias regionais que de alguma forma haviam sido prejudicados pelo governo de Getúlio Vargas, passando por uma oposição burguesa liberal, até setores da esquerda democrática e o próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se reorganizava na clandestinidade (BODEA, 1992, p. 14).

A insatisfação contra o governo Vargas se alastrava por todo o território nacional, e a pressão popular fez com que o governo convocasse eleições por meio da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Em maio do mesmo ano foi promulgado o Decreto-Lei n° 7.586 — conhecida como Lei Agamenon — o qual regulava as eleições em todo país e reestabelecia a Justiça Eleitoral. As eleições para Presidente da República e para o Parlamento Nacional deveriam ser realizadas no dia 2 de dezembro daquele ano, e em maio do ano seguinte proceder-se-iam as eleições para os governos e Assembleias Estaduais.

Entretanto, setores da oposição e parte da elite estadonovista temiam que Vargas planejasse ainda manter-se no poder. Temiam, igualmente, seu prestígio junto às forças populares (GOMES; D`ARAUJO, 1989, p.71). Diversas articulações foram feitas para afastar o presidente, o mais rápido possível, do poder. Assim, em 29 de outubro, Getúlio Vargas foi deposto pelo Alto Comando do Exército, retirando-se, temporariamente, do cenário político. Em seguida, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a presidência da República, para transferi-la, em janeiro de 1946, ao candidato então eleito, Eurico Gaspar Dutra.

Este contexto de transição política, do regime autoritário do Estado Novo para a nova ordem democrática, foi desenvolvida sem a pressão de um movimento contestatório conduzido

por amplas bases sociais frente ao regime em decadência (SOUZA, 1990, p.105). Com a democratização consolidasse uma nova conjuntura política pluripartidária. Entretanto, deve-se ressaltar que mesmo com as mudanças na forma de regime político e sua estrutura, as forças políticas do Estado brasileiro permanecem com os mesmos agentes do antigo regime. Apesar dos discursos centrarem-se na questão da mudança do regime, muitos dos elementos autoritários permanecem nas instituições criadas pela Carta Constitucional de 1946, o caráter democrático que deveriam assumir as instituições, adquire, no contexto, uma fala superficial e dicotômica com a realidade, não compreendendo empenho mais profundo nas mudanças do arranjo da vida pública (CÁNEPA, 2005, p.92-93). Assim como coloca a cientista política, Maria do Carmo Campello de Souza:

> Se em 1945 foi deposto o Presidente Vargas, na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo (SOUZA, 1990, p. 64).

É nesse cenário político que se inicia o processo de organização partidária, a Lei Agamenon, obrigava que qualquer das agremiações, que surgiam, deveriam ter um caráter e alcance nacional. Essa diligência rompeu, de forma efetiva, com antiga tradição política brasileira de disposição partidária de nível regional, que durante décadas consecutivas sustentou as oligarquias estaduais (ROLIM, 2009, p.40). De acordo com o novo Código Eleitoral (Lei Agamenon) era determinado que para registrarem-se e habilitarem-se as eleições, os partidos deveriam cumprir as seguintes normas: referendo inicial com mais de dez mil eleitores; registro em cinco ou mais estados do país; personalidade jurídica de acordo com o Código Civil.

Os partidos políticos se constituíram tendo como seu principal vetor o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas. As organizações partidárias de maior expressividade eram: a conservadora União Democrática Nacional (UDN) de oposição ferrenha a Vargas, além do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ambos ligados a figura de Getúlio e, por conseguinte, base de sustentação do mesmo. Esta primeira corrente foi herdeira das interventorias estaduais, assim sendo intrinsecamente ligada à estrutura do Estado Novo, sobretudo à máquina administrativa montada nesse período (CÁNEPA, 2005, p.103). Já a segunda corrente, a do PTB, surgiu de lideranças do meio sindical, estudantil e de políticos ligados às massas trabalhadoras urbanas (ASTURIAN, 2011, p.41). Quanto aos demais partidos, estes menores a nível nacional, mas com grande influência em determinadas regiões do país, destacam-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido de Representação Popular

(PRP), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros.

Este processo de mudanças em torno da democratização, não representou uma ruptura na estrutura política até então vigente, pois as mudanças deste nível são lentas. De acordo com Campello de Souza,

> O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado [...] foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória (SOUZA, 1990, p. 105).

Os partidos políticos originam-se somente quando a sociedade atinge determinado grau de desenvolvimento, em outras palavras, quando congrega algumas condições de modernidade, tais como: a constituição de um conjunto nacional e de consciência nacional pela expansão do mercado interno, a existência de uma especialização profissional, o progresso dos meios de comunicação e, sobretudo, a mutabilidade espacial e social. Ademais, no centro do tocante desenvolvimento, é necessário que ocorra uma crise, uma ruptura para fundamentar a existência de um partido. Portanto, um partido nasce como a solução para a saída de problemas, isto é, na esfera entre um problema e um discurso é que se localiza a mediação política (BERSTEIN, 2003, p. 67-68). Serge Berstein, pautado pelos cientistas políticos estadunidenses, estabelece critérios que permitem definir partidos políticos:

> [...] a duração no tempo, que garante ao partido uma existência mais longa que a vida de seus fundadores, e implica que ele responda a uma tendência profunda da opinião pública. Restaria tentar definir exatamente essa duração mínima (...) tal definição exclui de fato as clientelas, as facções, os partidos ligados unicamente a um homem; - a extensão no espaço, que supõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma direção nacional e estruturas locais, abrangendo uma parte da população. Este segundo critério exclui do campo dos partidos os grupos parlamentares sem seguidores no país e as associações locais sem visão de conjunto da nação; - a aspiração ao exercício do poder, que necessita de um projeto global que possa convir à nação em seu conjunto, e que, por isso, implica a consideração de arbitragens necessárias aos interesses contraditórios que aí se manifestam. Esta característica, função direta da mediação política de que falamos acima, exclui os grupos de pressão representativos de uma categoria definida, como os grupúculos restritos à defesa intransigente de uma ideologia, mesmo quando traduzem o nome de "partidos", - enfim, a vontade de buscar o apoio da população, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores, condição indispensável para a realização do objetivo anterior (BERSTEIN, 2003, p. 62-63).

Assim, é possível atestar que fora o Decreto-lei n° 7.586, de 28 de maio de 1945 quem criou, de fato, os partidos políticos no Brasil, pois pela primeira vez na história da República brasileira utilizou-se o caráter nacional como uma das condições obrigatórias para registro de

partidos políticos, ou seja, esse é o primeiro período efetivamente democrático da política brasileira. Em relação a estes últimos, é fundamental analisar os arranjos sociais que eles representam. Existe uma consideração que eleva a representação de certas categorias sócio profissionais em função da imagem que o partido passa de si mesmo, de dados culturais e de interesses sociais (ASTURIAN, 2011, p.44). Porém, é evidente que as agremiações partidárias são interclassistas em sua composição. E, mesmo que um grupo seja representado predominantemente entre o eleitorado, ainda é essencial, para um partido que ambiciona o poder, combinar interesses diversos, isto é, de outras composições sociais (BERSTEIN, 2003, p.76-77).

O debate acerca dos partidos políticos e sua organização é um tema bastante discutido e controverso nos estudos que os compreendem. Nesse sentido, tal temática tem em Robert Michels(1972, p.70) um dos principais debatedores. Para Michels, o ideal prático da democracia consiste no governo próprio das massas, de acordo com as decisões tiradas em assembleias populares. Entretanto, mesmo que tal processo limite o preceito de delegação, o mesmo não consegue oferecer garantia alguma contra a formação de uma organização oligárquica. Michels diz que, a democracia é elaborada a partir de uma ideia de organização, a qual sem esta, não se concebe a democracia. Quer se refira a reivindicações políticas ou econômicas, a organização irrompe como o único meio de criar a vontade coletiva. Entretanto, o elemento, politicamente necessário, da organização, se deixa evitar a dissipação das forças que interessam ao opositor, omite outros riscos, deixando que as correntes conservadoras invadam a planície da democracia (MICHELS, 1972, p. 7-8).

Desta forma, a organização teria como resultado dividir todo o partido ou todo sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida. A partir da premissa da divisão do trabalho, constrói-se uma burocracia rigorosamente delimitada e hierarquizada. Essa estrutura é resultado de necessidades técnicas e a condição mais essencial para o funcionamento regular da máquina do partido. Por conseguinte, uma formação forte exige uma coordenação igualmente forte. À medida que o partido moderno evolui para uma forma de organização mais concreta, acentua-se a tendência de substituir os chefes circunstanciais, pelos chefes profissionais (IDEM, p. 17-18).

O cientista político francês, Maurice Duverger (1970, p.171), também realça as diferenças entre oligarquia dirigente e militantes, latente nas organizações partidárias modernas. Para Duverger, o partido não é uma comunidade, mas um conjunto delas, uma junção de pequenos agrupamentos disseminados pelo país. A expressão “elementos de base” denota essas facções do organismo partidário. O comando dos partidos, porém, como a grande parte

dos grupamentos sociais, tais como associações e sindicatos, demonstra um duplo caráter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica.

Os partidos devem, contudo, ter uma rigorosa precaução em propiciar a si próprios uma direção com caráter de aparência democrática. Porém, a eficácia prática os provoca no sentido inverso. Os princípios democráticos exigem a eleição de dirigentes em todos os níveis, sua renovação periódica, seu caráter coletivo e sua relativa autoridade enquanto liderança. Desta maneira organizacional, um partido político não está adequadamente municiado para o enfrentamento político.

A predisposição da camada dirigente à oligarquização e a tentativa de apresentar uma aparente democracia interna são inerentes aos partidos políticos modernos. Para Duverger, as massas são conservadoras, e as eleições que deveriam ser uma barreira ao surgimento de uma oligarquia, não surgem efeito por essa relação conservadora que se apegam aos líderes (DURVERGER, 1970, p.188). Assim sendo, a visão de Maurice Duverger aproxima-se da percepção de Robert Michels, ao reafirmar o caráter oligárquico dos partidos políticos.

Rolim (2009, p.42-43) traz em seu trabalho a entrevista com Sereno Chaise[3], militante do PTB desde a sua fundação, no qual este afirma a existência de uma cúpula partidária de comando, porém, com uma ativa participação dos militantes e delegados do partido. Segundo Chaise, a escolha dos candidatos do partido era feita em convenções onde havia participação de todos os militantes, e as decisões dos concorrentes a nível estadual eram feitas com presença dos representantes dos diretórios municipais que eram eleitos em suas cidades para serem delegados nas convenções. Chaise afirma que, "Como todo o grande partido, o PTB também tinha sua ala mais conservadora e sua ala mais progressista. Mas sempre mantinha os princípios básicos: solidariedade, nacionalismo, divisão das riquezas, participação política de todo os seus cidadãos" (ROLIM, 2009, p.43).

Próprio a qualquer agrupamento partidário, a centralização de uma cúpula partidária ao redor da qual os militantes ficam submissos parece ser um ponto preponderante do PTB. A atuação dos delegados e dos militantes na deliberação dos candidatos é um viés de democracia interna relevante, e que Robert Michels e Maurice Duverger parecem desconsiderar. Michels(1972, p.21-22) fundamenta o valor da centralização nos partidos como uma indispensabilidade frente à ratificação de que os mesmos agreguem, em geral, um número

[3]Sereno Chaise ingressou na ala moça do PTB em 1945, ao lado de Brizola. Em 1951, foi eleito vereador de Porto Alegre, já em 1955, com a eleição de Brizola a prefeito da Capital, deixa a Câmara e assume a chefia de gabinete do prefeito. No ano de 1958, Chaise é eleito deputado estadual, em 1962 é reeleito. Deixa a Assembleia Legislativa em 1963, mesmo ano que é eleito prefeito de Porto Alegre. Ver: KLOCKNER, Leandro. O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história. Porto Alegre: Editora AGE, 2007. Ver também: ROLIM, *op. cit.*p. 43.

expressivo de filiados. Uma grande agremiação partidária é complicada de se colocar em movimento e ainda mais quando se trata de um grupo disperso, numa extensão significativa, demandaria muito tempo consultá-la a cada demanda que surgisse. Michels prossegue dizendo que, o partido moderno é uma organização de combate, no sentido político, e como tal, deve adequar-se as leis do sistema, estas requerem a presteza de mobilização. Compreende-se dessa posição o entendimento de que todo partido político que reúne um grande número de militantes deve basicamente desempenhar uma autoridade oligárquica frente aos seus correligionários, não levando em conta as considerações dos mesmos. Os apoiadores aparecem como possivelmente influenciáveis por parte da elite dirigente do partido.

Robert Michels reconhece a probabilidade de dissidências entre a oligarquia dirigente e os partidários. Segundo o autor:

> En un partido, los intereses de las masas organizadas que lo componen están lejos de coincidir con los de la burocracia que el personifica. El interés, siempre conservador, el cuerpo de funcionarios podrán requerir, en determinadas situaciones políticas, una política defensiva, vale decir, regresivos, mientras que los intereses de los militantes requieren una política audaz y agresiva. En otros casos, de hecho muchas raras, puede dar al contrario. Pronto, toda la organización del partido representa una poderosa oligarquía que descansa sobre una base democrática. Están en todas partes, los electores y los representantes electos, pero es también una energía casi ilimitada de los representantes electos en las masas quienes eligen. La idea de la representación de los intereses de la gente, idea que se aferran con tanta tenacidad y confianza sincera la gran mayoría de los Liberales y, más especialmente, las grandes masas de trabajadores, es una ilusión creada por un efecto de luz falsa, un espejismo. La masa nunca será soberana a no ser tan abstracto (1972, p. 248).

A oligarquia dirigente, nascida da democracia é atemorizada por duas questões: a primeira é o levante das massas trabalhadoras, e a segunda é a ditadura de um líder ambicioso que utilize da insatisfação geral a presteza de seu intento pessoal. Revolta por um lado, e usurpação de outro. Os partidos políticos estão em constante estado de enfrentamento, de luta, instigados pela cisma constante entre os dirigentes (MICHELS, 1972, p.96). Michels, desta forma, desconsidera a possibilidade de uma frequente atuação dos militantes dos partidos na organização dos mesmos. Estes membros seriam subjugados por dirigentes partidários que regeriam as organizações — oligárquicas — das agremiações partidárias desconsiderando os protestos de seus adeptos.

O cientista político italiano Angelon Penebianco (2005, p.17) replica que os partidos políticos, mesmo sendo burocracias com requisitos de continuidade organizativa e de permanências das próprias hierarquias internas e associações facultativas, devem assegurar uma mínima parte de participação que não seja obrigatória, devem, concomitantemente, partilhar

incentivos, tanto seletivos quanto coletivos. Ainda que o peso ocasional de um ou outro tipo de fomento possa variar de partido para partido.

Outro autor a ponderar algumas alegações de Michels e Duverger, afirmando a eventualidade de uma exígua democracia interna, é Serge Bernstein (2003, p.83-85). Segundo o autor, a necessidade dos militantes do partido serem guiados progride para um clima de devoção ao redor dos dirigentes que dá origem à oligarquia, alicerçada pelas aptidões que lhe foram reconhecidas, pela possessão de informações e ascensões dentro do partido. O poder dentro do partido pertence a essa oligarquia, inexistindo, assim, uma democracia interna. A presença de uma elite dirigente é intrínseca a qualquer partido, entretanto, persevera um grupo democrático que consegue penetrar o anteparo da oligarquia. E só pode assentar-se através da disputa dos líderes que alcançam a vitória por meio do apoio dos filiados, assim sendo, a posição destes prevalece por canais alastrados, que não ficam restritos em moções de congressos, etc.

Uma vez fundado e estruturado, o partido político torna-se um corpo vivo que tem sua existência própria e propicia a si mesmo os meios de preservar-se. A agremiação converte-se em detentor de uma cultura política com a qual compartilham seus membros e que dá origem a uma tradição, muitas vezes transmitida através das gerações (BERNSTEIN, 2003, p.69).

Nesse sentido, o PTB, de modo especial nos primeiros anos de sua fundação, assemelhava-se convenientemente aos princípios defendidos por Michels e Duverger. O partido se apresentava como uma agremiação partidária coordenada por líderes políticos regionais. Acrescentado a essa particularidade, o agrupamento político era caracterizado como pertencente de uma composição interna que funcionava agrupando muitos setores sociais através de preceitos norteadores. O crescimento do número de adeptos a partir dos anos 1950, com a nacionalização do partido, requisitou, por conseguinte uma reorganização interna da agremiação partidária, no sentido de responder as exigências de maior presença dos partidários. E as dissidências internas passam a ser punidas com rigor. Segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes:

> A preocupação com uma organização mais sólida foi uma das palavras de ordem do período, o que tornava a presidência do PTB um lugar-chave e o Diretório Nacional um órgão de muito poder. Assim, o partido, desde os momentos iniciais de seu funcionamento, estabeleceu uma estrutura organizacional centralizada, que passaria cada vez mais a punir dissidentes (eles não foram poucos), inclusive com a expulsão de seus quadros. O PTB, de bases sindicalistas e que, em meados dos anos 1940, encarnava a esquerda do sistema partidário, logo se tornou um partido extremamente antidemocrático internamente (GOMES, 2007, p. 64).

A centralização dos partidos políticos nascidos de setores de base social —criação externa[4]—, é extremamente diferente daqueles originados, em período eleitoral, ou meio parlamentar. Os primeiros nascem a partir da base, ao passo que os segundos partem a partir da cúpula, apesar disto estes são menos centralizados que os de origem externa. As agremiações partidárias, originadas de ciclos eleitorais e/ou parlamentar, depois de firmados criam seus próprios organismos, vivem de certa forma autônomos, e tomam uma direção distinta dos grupos que os criaram, mas mantêm estreitas relações com o grupo parlamentar, tendo que sua ação é particularmente intensa em período eleitoral. Já os partidos de origem externa, têm em geral formações mais austeras que fazem da base militante configurada nos congressos o princípio primordial do poder partidário, "[...] demonstram certa indiferença em relação às lutas parlamentares, e mostram-se desconfiados em relação aos eleitos, cuja liberdade de ação tentam limitar e submeter ao controle da direção" (BERSTEIN, 2003, p. 65). A forma mais ou menos descentralizada do agrupamento externo que constitui o partido, influência no nível de descentralização deste último. A título de exemplo, "[...] os partidos trabalhistas são menos centralizados que os partidos comunistas; os partidos criados por agrupamentos capitalistas, menos centralizados que os partidos trabalhistas, etc." (DUVERGER, 1970, p. 30).

Assim sendo, os partidos de criação externa são frequentemente mais congruentes e mais ordenados que os partidos de criação eleitoral e parlamentar. Os primeiros dispõem de uma organização preexistente que une todas as suas facções base. Já os segundos são forçados a constituir esses vínculos com todos os elementos, sem nada no começo a não ser a convivência de alguns deputados no seio de um mesmo parlamento (DUVERGER, 1970, p. 31).

A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS NO RIO GRANDE DO SUL: UMA BREVE ANÁLISE

É no quadro mais geral do final do Estado Novo que devemos situar o processo de reorganização partidária no Rio Grande do Sul e as peculiaridades que o sistema partidário adotara no estado. A formação dos partidos políticos no Rio Grande do Sul pode ser compreendida através do reconhecimento das bases de sua economia e sua origem sócio-política. Além do que, é necessário entender a sua ligação intrínseca à dinâmica nacional, ou

[4] Partidos políticos que têm como origem setores da sociedade civil, aqueles que surgem a partir de sindicatos, grupos de pressão, igrejas, etc, Duverger os chama de partidos de criação externa (ao Parlamento). Diferentes dos partidos que surgem somente em ciclos eleitorais e daqueles que montados por grupos parlamentares. Ver: DUVERGER, *op. cit*, p.30 *et. seq.*

seja, na sua condição de Estado membro de uma Federação. Assim sendo, identifica-se o processo histórico estadual através da inserção no sistema econômico brasileiro.

A *grosso modo*, a estruturação e a dinâmica da economia rio-grandense baseavam-se principalmente na produção agropecuária, sendo constituída por três zonas diferenciadas: zona rural da pecuária, zona rural da pequena produção e zona rural caracterizada pelas explorações em grande escala de arroz, trigo e gado (MÜLLER, 1979, p.365). Por outro lado, o desenvolvimento industrial era caracterizado em uma relação de dependência do setor primário local e se apresentava disperso em pequenas unidades produtivas. Enfim, o panorama econômico estadual era dependente dos mercados externos, sobretudo do mercado nacional (CÁNEPA, 2005, p.76). Segundo o economista Geraldo Müller:

> [...] a forma de o RS se desenvolver estava nevralgicamente ligada às exportações e menos ao seu mercado interno. Do ângulo do capital mercantil e financeiro, em função, nas esferas da intermediação, do capital produtivo na indústria e nas explorações agropecuárias, seus modos de reposição e de ampliação passavam e estavam na dependência de suas relações com o restante da economia brasileira. É isto que caracteriza a economia gaúcha como dependente. Seu caráter periférico advém dessa dependência, acentuando-se pelo fato de insistir na exploração desse modelo histórico. (1979, p. 365)

Apesar de, permeada por crises cíclicas — inerentes às economias estruturadas no setor primário e com baixo nível tecnológico —, observa-se que a economia estadual se manteve sem apresentar graves problemas até a década de 1940. Contudo, ao final da II Guerra Mundial, quando aumentou a concorrência dos produtos de outras regiões, sobretudo das do centro do país, surgiram implicações na economia local. As consequências dessas transformações são: o êxodo rural, o desemprego, a urbanização desenfreada, problemas de infraestrutura de serviços urbanos, etc. Portanto, a crise econômico-social fez com que surgissem grupos sociais emergentes, tornando-os importantes no cenário político. De acordo com Sandra Pesavento:

> [...] a identificação dos principais problemas enfrentados pelo estado pode ser sintetizada em três questões fundamentais: a) a industrialização; b) êxodo rural; c) transporte e energia. Tais questões envolviam diretrizes de político-partidárias, que por sua vez se revelam associadas aos programas de desenvolvimento econômico que se apresentavam no Brasil (1990, p.126).

Desta forma, o panorama econômico-social do Rio Grande do Sul fez com que os grupos políticos buscassem medidas concernentes à dinamização da economia local. A situação de dependência passou a exigir profundas mudanças, o que vai coincidir com a formação dos partidos políticos em âmbito nacional e repercutir diretamente no caráter político-partidário do estado (CÁNEPA, 2005, p.77).

A reestruturação partidária, no contexto da democratização, girou em torno das elites políticas tradicionais rio-grandenses e, sendo assim, num primeiro momento, somente o Partido Comunista Brasileiro pareceu constituir algo novo no respectivo processo. Os movimentos incipientes do processo de reorganização partidária estadual na conjuntura de 1945 não diferem, de modo sumário, daqueles de âmbito nacional. Então, Getúlio Vargas e o Estado Novo constituem o marco divisor essencial na formação partidária. De acordo com Maria Cánepa, no estado gaúcho:

> [...] embora a criação dos partidos políticos em 1945 se tenha processado em condições diversas a uma representação efetiva das principais forças sociais em confronto, estas foram capazes de se organizarem num segundo momento e, utilizando-se das instituições criadas, por assim dizer de "cima para baixo", se fazerem nelas representar. Na verdade, poderíamos dizer que se assiste a dois movimentos conjugados: de um lado, são as forças sociais já constituídas ou em constituição que buscam expressão através das instituições políticas então criadas; de outro, é a classe política que, no processo de construção ou afirmação de identidade, aproxima-se de determinados setores sociais e, nesse processo, "transforma-se", por assim dizer, assumindo características de verdadeiras forças sociais. Os partidos em sua atuação concreta seriam os elementos de "canalização" desse duplo processo (2005, p. 66).

O novo Código Eleitoral determinou a intensificação das articulações partidárias, associando clivagens regionais e forças políticas nacionais. A aglutinação das forças políticas rio-grandenses esteve permeada pelo padrão nacional, isto é, de um lado, as correntes da oposição antivarguista, configurando-se em torno da União Democrática Nacional e de outro, as correntes do oficialismo, articulado principalmente a partir da interventoria estadual, o Partido Social Democrático, aparentemente fiel a Vargas (BODEA, 1992, p.17).

A UDN teve origem em 7 de abril de 1945, como frente de oposição à ditadura do Estado Novo, defendendo liberdades democráticas e a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. A UDN foi marcada por contradições e, sendo assim, torna-se difícil, neste momento, encontrar uma identidade coesa, uma vez que coexistiram nela posturas liberais e progressistas, junto com outras ostensivamente reacionárias e antidemocráticas. Contudo, havia um ponto de convergências entre as correntes udenistas: o espírito de luta contra o regime estadonovista e contra Getúlio Vargas. Segundo a socióloga Maria V. de. M. Benevides:

> O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da "eterna vigilância". Foi, portanto, como um movimento – ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros – que surgiu a União Democrática Nacional [...] (1981, p.23).

O brigadeiro Eduardo Gomes, presidenciável udenista, desenvolveu sua campanha eleitoral embasada na defesa do direito de greve e da liberdade sindical e da proposta de um modelo econômico que conciliasse a iniciativa privada, o papel do Estado e do capital internacional. Esses tópicos eram essenciais por obter, cada qual ao seu modo, a simpatia das esquerdas e dos conservadores. Em momento posterior, ocorreram as cisões, no partido, devido à polarização das tendências, pois gradativamente a UDN tornou-se contrária à intervenção estatal e baluarte do capital estrangeiro (BENEVIDES, 1981, p.93). No que tange à formação udenista, no período de sua fundação, Benevides identifica cinco grupos que compunham a UDN: as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; as esquerdas e os grupos liberais com uma forte identificação regional. Maria Benevides fala que:

> [...] os liberais nos estados: aqui, o corte regional é importante, porque a oposição liberal tinha uma nítida identificação em termos de "correntes estaduais"; como o grupo dos libertadores gaúchos, chefiados por Raul Pilla e o grupo dos mineiros, inspiradores do "Manifesto" como Milton Campos, os Mello Franco, Bilac Pinto, Luís Camilo, Magalhães Pinto, entre outros. Ao grupo paulista, tradicionalmente anti-getulista, pertenciam os egressos do Partido Constitucionalista, ou seja, ex-combatentes de 32 (...) O grupo fluminense era composto por bacharéis como Raul Fernandes, Prado Kelly e Soares Filho, em sua ala conservadora, e por intelectuais e jornalistas(...)(1981, p. 97-98)

As bases sociais da UDN eram complexas, um partido tanto das classes médias urbanas quanto das oligarquias rurais. O perfil socioeconômico dos udenistas, neste contexto, é variado, ou seja, empresários — pequenos, médios e grandes industriais —, comerciantes, latifundiários, lavradores, bem como profissionais liberais. O Programa udenista de 1945, de autoria de Virgílio de Melo Franco, estava permeado pelo cunho coerentemente liberal. *Grosso modo,* o respectivo Programa trazia a visão liberal das instituições intermediárias, o liberalismo econômico através dos limites da intervenção estatal e fazia irrestrita defesa ao capital estrangeiro. "Apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída dos juros" (CHACON, 1998, p. 455).

No Rio Grande do Sul, a UDN, se aglutina em apoio à candidatura de Eduardo Gomes, já a partir dos meses de abril e maio de 1945, organizou-se tendo em seus quadros nomes tradicionais da política estadual que haviam entrado em atrito com Getúlio Vargas. Entre outros se destacaram: Flores da Cunha — antigo membro do Partido Republicano Riograndense

(PRR), posteriormente líder do Partido Republicano Liberal (PRL) e que fora deposto por Vargas da interventoria as vésperas do Estado Novo; Osvaldo Aranha – ex-ministro das Relações Exteriores — e Borges de Medeiros que fora governador do Estado de 1902 até 1928 (FLACH; CARDOSO, 2007, p.62).

As lideranças políticas, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, desempenharam significativo papel na organização da UDN nacional e coube a Flores da Cunha a tarefa de estruturar o partido em nível estadual. Osvaldo Aranha concentrava-se na política nacional, na capital do país. Também se juntaram à UDN — assim como em nível nacional — elementos da Esquerda Democrática (ED) liderados, no Rio Grande do Sul, pelo ex-libertador e reformista social Bruno de Mendonça Lima. Porém, o laço com os caciques da UDN dura pouco tempo, já que, a Esquerda Democrática gaúcha rompe com a agremiação partidária em 1946 e tenta concorrer às eleições estaduais de 1947 (BOADEA, 1992, p.18). Em julho de 1945, reuniram-se as lideranças locais antivarguistas: Raul Pilla, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, para constituírem a junta estadual da UDN resultando, deste encontro, o manifesto das oposições coligadas: PRR, PRL e Partido Libertador (PL). Entretanto, as três correntes continuam a formação de seus diretórios por todo o Estado. De acordo com Miguel Bodea:

> Mais grave para os destinos da UDN gaúcha do que a ruptura com a ED local seria, entretanto, um outro fenômeno político de características essencialmente regionais: a obstinação do líder maragato Raul Pilla em recriar o tradicional Partido Libertador (PL). Pilla havia assinado, ao lado de Flores, Aranha e Borges, o manifesto nacional de apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Na fase de estruturação recusou-se, no entanto, a ingressar na UDN, então chefiada, ao nível regional, pelo seu velho rival, general Flores da Cunha. Com tenacidade e forte carisma pessoal Pilla conseguiu registrar a velha sigla PL [...] (1992, p. 18).

Em setembro de 1945, a UDN obteve o registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dando oportunidade para que, no mês de outubro, o PRR e o PRL também ingressassem nos quadros udenistas. Em seguida, ambos os partidos e suas dissidências restabeleceram novamente unidade, porém fundidos sob um novo partido nacional: a UDN.

O PL teve como figura exponencial Raul Pilla, veterano do Partido Libertador e opositor direto de Getúlio Vargas desde outubro de 1937. Pilla foi, em 1945, um dos primeiros a declarar apoio à candidatura udenista do brigadeiro Eduardo Gomes. No contexto da redemocratização, o líder libertador foi o principal responsável pela articulação do partido. Segundo Bodea:

> O PL era um partido essencialmente gaúcho e ocupou, no cenário local, uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria ocupado pela UDN. Tratava-se de um partido elitista, liberal, visceralmente antigetulista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária. Ao nível regional, o PL levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição

> política, cultural e até militar (As Guerras Civis de 1893-95 e 1923) que remontava aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-1928). Com este cacife, o PL suplantaria a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947 (1992, p. 31).

Além de segregar a UDN no Rio Grande do Sul, por concentrar o liberalismo regional, o PL também atraiu intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi determinante, concernente ao retardamento da fundação do Partido Democrata Cristão (PDC) no Estado, somente em 1954 (TRINDADE; NOLL, 1991, p.68). Apesar de Pilla ter constituído com líderes do PRR e do PRL a junta estadual da UDN, no mês de agosto de 1945, o PL realizou um Congresso no município de Bagé, no qual Pilla foi eleito presidente do partido. Posteriormente, obteve o registro como partido nacional e o PL aliou-se à UDN na eleição de Eduardo Gomes, porém declarou manter sua individualidade partidária (CÁNEPA, 2005, p.105).

O Partido de Representação Popular (PRP), herdeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB), cuja figura política exponencial fora Plínio Salgado, teve forte penetração nas regiões de colonização alemã e italiana, ou seja, a zona colonial em que predominavam as pequenas e médias propriedades rurais. O PRP estadual contava com expressivo apoio de parte significativa do clero das paróquias rurais, porém a hierarquia eclesiástica se inclinava para o PSD. Bodea afirma que:

> Apesar de seu latente sentimento anti-oligárquico e anti-imperialista, potencialmente apto a resvalar para alianças "populistas", o clero local dedicava uma boa parcela de suas simpatias ao PRP, graças ao zelo com que este fechava o mundo rural ao "comunismo" e às novas idéias. (1992, p.20)

Ao contrário do que acontece com o PCB, o partido de Plínio Salgado não encontrava resistência nem por parte da Igreja, nem por parte dos demais concorrentes partidários tradicionais (CÁNEPA, 2005, p.110). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) — o partidão —, setorial sul-rio-grandense, de vida legal curta[5], foi oficialmente reaberto em julho de 1945, com a presença de seu Secretário Nacional de Divulgação, Maurício Grabois, e da delegação de comitês municipais gaúchos. O partido possuía comitês municipais em 18 cidades, em geral nos centros urbanos com maior concentração operária. Segundo Gláucio Soares:

> A situação político-partidária, depois de muitos anos de ditadura, caracterizava-se pela existência de um só partido efetivamente nacional dotado de uma ideologia consistente: o Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922, que soube manter mesmo durante a ditadura, uma estrutura organizacional ancorada nas capitais e nas principais cidades (2001, p.65)

[5]A legalidade do PCB, porém, não duraria muito. Em abril de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelou seu registro argumentando que o partido era um instrumento da intervenção soviética no país. No ano seguinte, os parlamentares eleitos pela legenda do PCB perderam seus mandatos. Começava assim um novo e longo período na clandestinidade.

Em 1945, o PCB defendeu uma candidatura civil à Presidência da República, lançada na segunda quinzena de novembro, quando deposto Vargas e, consequentemente, abandonando o lema "Constituinte com Getúlio". O PCB lançou oficialmente Yedo Fiúza à candidatura presidencial. No Rio Grande do Sul, os comunistas enfrentaram uma ferrenha oposição de seus adversários, bem como da Igreja Católica, através da atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC) (RODEGHERO, 1998, p.94).

O Partido Social Democrático (PSD), fundado em 17 de julho de 1945, começou a ser organizado inicialmente nos estados, sob a liderança dos interventores, congregando prefeitos, membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo estadonovista, com proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e outros. A sua base predominantemente rural e o seu perfil eminentemente conservador e nada reformista, quer no sentido político-administrativo, quer no social. Segundo Lucia Maria Lippi Oliveira:

> A política continuou a ser concedida como um jogo entre elites, só que agora submetido ao julgamento do sufrágio universal, excluídos os analfabetos. A existência de eleições tem sido objeto de inúmeras discussões. As afirmações de que eleições significam um mecanismo de escolha de políticos ou mecanismo de seleção de políticos têm variado na teoria democrática. Mas, independente do significado do processo eleitoral, é preciso lembrar que a franquia democrática não ensejou governos da classe trabalhadora, nem mesmo nas sociedades mais próximas e uma divisão bipolar de classes. No caso específico do Brasil de 1945, distante desta situação bipolar, com marcada divisão de interesses regionais e setoriais, o papel de conciliação do PSD, não só aparece ser o resultado da análise *ex post facto*, mas é também assumida pelo que poderíamos chamar de "filosofia" do partido. O pressuposto de não defesa de interesse de uma só classe aparece no próprio programa que explicita que o PSD objetiva a efetiva e permanente colaboração entre o capital e o trabalho, no sentido da paz social (1991, p. 96).

O planejamento do PSD, de 1945, buscava entremear os direitos fundamentais do homem e a prática da democracia através de detalhistas propostas concernentes à administração geral e financeira, organização social, economia nacional, trabalho e previdência, saúde e assistência, educação e cultura, transporte, comunicações e relações exteriores. Além disso, enfatizava a prática democrática por meio da conscientização do povo em relação à democracia e o respeito aos preceitos constitucionais. No que se refere às diretrizes gerais da economia nacional, o respectivo prospecto esclarecia a intervenção estatal de forma direta ou indireta para promover o desenvolvimento econômico no país. Contudo, é reconhecida a liberdade da iniciativa privada, bem como o incentivo da entrada de capitais estrangeiros. Em suma, procurou demonstrar diretrizes sistemáticas de incentivo e desenvolvimento da indústria, da agricultura, do comércio e do cooperativismo. De acordo com Chacon:

> O discurso político, predominantemente liberal no Império e na Primeira República, social na Segunda e autoritária na Terceira, tornava-se estatal na Quarta. A longa e pormenorizada ênfase nos planos administrativos e a superficial e mera esperança na formação de consciência democrática e vigilante espírito constitucional, onde não falta o conselho paternalista final de bom comportamento, sem propor como o Estado seria democratizado e não só tornado mais eficiente e mais social, revelam a tendência da época. Por exemplo, reivindicação de vários direitos dos trabalhadores, porém, nenhuma referência aos sindicatos. Idem quanto aos estudantes e professores, denotando absoluta subestimação das instituições intermediárias, cerne da sociedade civil perante e sobre o Estado. Só a este, dirigido por uma elite iluminada ("esclarecida", como então se dizia) competiria efetuar mudanças. Tudo, portanto, de cima para baixo: mais uma versão da "revolução conservadora", com "ditadura republicana" fascinado Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas, na vertente sempre autoritária, embora social. O vezo tradicionalista continuou no programa seguinte do PSD, em 1946 (1998, p. 160).

Quando se deu fundação do PSD, em 1945, Getúlio Vargas reuniu nesse partido, os interventores estaduais, nomeados durante o Estado Novo. Essas lideranças eram representantes de grupos ligados aos poderes locais de cada estado. No Rio Grande do Sul, o partido também iniciou a sua organização a partir da máquina administrativa estadual e municipais. A historiadora Lisandre Medianeira Oliveira fala que:

> A mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases sócio-econômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem estadual, o que facilitou a estruturação do partido (2008, p. 44).

No âmbito das principais lideranças pessedistas, na fase inicial de estruturação partidária, destacaram-se Protásio Vargas — irmão de Getúlio —, o interventor Ernesto Dornelles, Walter Jobim – que fora Secretário Estadual de Obras durante um significativo período no Estado Novo – e Oscar Carneiro da Fontoura. Contudo, no Rio Grande do Sul, o PSD não foi organizado pelo interventor, mas por uma pessoa de grande projeção política e de ligação direta com a interventoria: Cylon Rosa – Secretário Estadual do Interior nos anos 1944-1945 – que articulou o partido em nível tanto nacional quanto estadual. No mês de junho foi formada a comissão diretora do PSD sul-rio-grandense composta por: Protásio Vargas – na presidência -, Walter Jobim, José Diogo Brochado da Rocha, Cylon Rosa, Oscar Fontoura, Osvaldo Vergara e José Coelho de Souza. A comissão pessedista congregou, em sua composição, a confluência de três diferentes origens partidária anteriores ao Estado Novo. "José Diogo e Osvaldo Vergara, provêm do Partido Republicano Rio-Grandense. Protásio Vargas, José Coelho de Souza e Cylon Rosa pertenciam à dissidência de abril de 1937 do Partido Republicano Liberal. Jobim e Oscar Fontoura provieram do Partido Libertador" (ALBERNAZ, 2006, p.108).

No Rio Grande do Sul, um mês após ter sido formada a comissão diretora estadual pessedista, o partido já contava com aproximadamente dez diretórios municipais distribuídos por diversas zonas do estado. O PSD tornava-se o partido com maior organização no período. Em julho, o PSD realizou em Porto Alegre a primeira convenção estadual do partido, em que lançou oficialmente a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República e de Walter Jobim para o governo estadual. Para Michel Bodea, o congresso estadual do PSD:

> Nesta convenção começa a se delinear [...] o primeiro esboço de um conflito que afetaria profundamente o futuro do PSD gaúcho: o choque entre líderes políticos tradicionais e "elitistas" como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa de um lado e líderes getulistas de massa, de estilo "populista" do outro. A expressão máxima destes últimos era José Diogo Brochado da Rocha, ex-diretor da Viação de ferroviários gaúchos. Na primeira convenção estadual do PSD, José Diogo enfrentou e desafiou os próceres pessedistas tradicionais com um estilo político distinto, caracterizado por um apelo à mobilização de massas impregnado de uma tônica social-reformadora e antielitista. No choque entre estes estilos de liderança, Protásio Vargas manteve-se prudentemente eqüidistante. O conflito prenunciava, no entanto, uma fissura política de sérias conseqüências na história subseqüente do PSD gaúcho, que se manifestariam já a partir de 1946. Mas o resultado mais imediato do conflito na convenção de julho de 1945 foi a criação da chamada ala trabalhista do PSD, germe, na verdade, da futura articulação do Partido Trabalhista Brasileiro" (1992, p. 19).

Referindo-se ao nível de distanciamento das duas facções que dividiam dentro do PSD (a "dutrista" e a "getulista"), as quais acabam culminando na cisão do partido e o deslocamento da fração getulista do PSD para o interior do PTB, ficando, dessa forma, o PSD gaúcho "depurado" de alguns dos aspectos "getulistas" do partido (não incluindo é claro, aqueles que se identificam com o controle da máquina pública) (CÁNEPA, 2005, p.121).

O PTB, fundado em 15 de maio de 1945, reuniu, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, basicamente operários urbanos e sindicatos. De acordo com Bodea, o respectivo partido surgiu "[...] devido ao descontentamento dos setores operários urbanos – vinculados à estrutura sindical criada no Estado Novo – e também graças à visão de Vargas da necessidade de mobilizar o voto de massas urbano em torno de uma legenda específica" (BODEA, 1992, p.15). Em princípio, o partido buscou atender dois objetivos principais: defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir para conter o ingresso da massa operária urbana nas fileiras do PCB (DELGADO, 2011, p.35).

O PTB, buscando o maior número possível de eleitores para o projeto nacional-popular de Vargas, teria de atuar no mesmo campo político do PCB. "Angariando adeptos e impedindo por todas as formas a montagem da máquina de Luiz Carlos Prestes" (D`ARAUJO, 1985, p.16), o PTB constituía-se a partir de uma posição anticomunista em sua fundação. O PTB consolidaria uma alternativa político-popular para sustentação de Vargas a curto e longo prazo.

Segundo Delgado (2011, p.45), seria uma alternativa que implicaria em uma relação de confiança política e de identidade de propósitos e objetivos que o PCB não poderia oferecer ao presidente da República. Segundo o historiador e cientista político Moniz Bandeira:

> O PTB, ao contrário do que muitos imaginam, não surgiu de cima para baixo, por uma simples determinação de Vargas. Por volta de 1932, no Rio de Janeiro, já existia um grupo que se intitulava Partido Trabalhista do Brasil, e outros apareceram, antes e depois, com o mesmo nome, através de vários Estados (...) em 1937, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, Vargas mobilizou diversos dirigentes sindicais, entre eles alguns líderes da União Sindical, para organizar o Partido Nacional do Trabalho, nos moldes do trabalhismo inglês (...) Porém, diante da perspectiva de retomada do poder pela oligarquia cafeeira de São Paulo, através das eleições, e do agravamento da crise econômica e financeira, Vargas voltou-se para a direita, precipitando o golpe de Estado (...) (1979, p. 31-32).

Na realidade, a gênese petebista esteve permeada pela influência de Getúlio Vargas. O discurso oficial do partido estava estruturado na defesa de um modelo de desenvolvimento estatizante, buscando atrair a "burguesia nacional". O Programa do PTB, de 1945, partia do pressuposto do "reexame da Constituição" estadonovista, isto é, sem modificar as linhas gerais da respectiva Constituição. Logo reapareciam os contornos do Partido Trabalhista, idealizado por Vargas desde 1937, quando propôs anistia aos próceres da Aliança Nacional Libertadora com o intuito de atraí-los. O PTB procurava estabelecer um partido sindical verticalista utilizando até mesmo o discurso corporativo (CHACON, 1998, p. 181).

O PTB, criado para ser popular e nacionalista, defendia um formato intervencionista estatal. O partido, também criado por Getúlio Vargas, ainda no Estado Novo, conseguiu significativa afirmação nas eleições de 1945. Basicamente devido ao "carisma" de sua maior liderança, conseguiria ultrapassar os comunistas, bem como seria o fiel da balança das eleições (GOMES, 2007, p. 62). Em oposição à UDN, o PTB avaliava que a iniciativa privada deveria ser supletiva, concernente a ação estatal, dando ênfase à planificação econômica, atingindo os setores produtivos do país através da orientação, intervenção ou gestão governamental. Além disso, os petebistas priorizavam a indústria nacional e propunham uma legislação de proteção aos monopólios. Outros aspectos significativos do Programa de 1945 foram a defesa do direito de greve e a diferenciação entre greve legal e ilegal, bem como manter a legislação trabalhista estendendo-a aos trabalhadores rurais. "[...] a legislação trabalhista estender-se-á ao trabalho rural, a fim de evitar o êxodo das populações campesinas" (CHACON, 1998, p. 469).

O arranjo político-partidário brasileiro entre os anos 1945-1964 apontava o predomínio de três grandes partidos nacionais, quais sejam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Delgado afirma que esses

partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Contudo, durante os primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte (DELGADO, 2011, p. 125).

Conforme Gláucio Soares (2001, p. 23), a manutenção da distribuição do poder eleitoral de 1945 seria, para os partidos conservadores, uma solução ótima. Isto porque estava assegurado o controle político do país através dos órgãos de representação. A aprovação de uma reforma agrária considerável ou a extensão dos benefícios da legislação trabalhista ao trabalhador rural seriam dificultadas no Congresso ou no Senado, nos quais o bloco formado por UDN/PRP/PL, detinha a maioria de votos. Esse bloco de partidos conservadores era contraposto pela aliança formada por PTB/PSB/PSD.

OS PARTIDOS NO RIO GRANDE DO SUL: O PTB COMO PARTIDO EM DISPUTA

Na conjuntura política sul-rio-grandense a reorganização partidária do pós-45 estabelece, em consonância com os termos nacionais, uma reestruturação das forças políticas com a transição do autoritarismo estadonovista à experiência de democracia nacional-popular, sob a égide de um sistema multipartidário. O Rio Grande do Sul oferece um quadro político eleitoral atípico. Os partidos políticos se organizam mais em função de clivagens ligadas ao padrão político-eleitoral anterior do que definidas pelas lideranças emergentes posteriores à 1945 (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 64).

No Rio Grande do Sul, a espiral excepcional do PTB será um fator decisivo na mudança da dinâmica das forças políticas regionais, provocando, como reação à tendência de sua hegemonia eleitoral, uma progressiva aglutinação das forças anti-PTB; estas nucleavam-se em torno de um PSD (udenizado) que entra em dissidência com a linha nacional de aliança com o PTB. O antipetebismo se costura através da coligação que incorpora, num primeiro momento, a UDN e o PRP, e, mais tarde, o PL. Com a candidatura de Brizola ao governo do estado em 1958, forma-se a Frente Democrática (PSD-PL-UDN), mas seu arco mais abrangente será a Aliança Democrática Popular (ADP) que incluiu PSD, PL, UDN, PDC, PRP.

A formação do PTB gaúcho esteve condicionada à confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista. A sindicalista era composta por um núcleo de lideranças sindicais que se forjaram no

Estado Novo ou, quando anteriores a ele, pelo menos nele sobreviveram em funções sindicais. Desta vertente, surgiram as alas profissionais de bancários, gráficos, metalúrgicos. A corrente pragmático-getulista, que ingressou depois das eleições de 1945, seria composta por políticos profissionais oriundos do PSD e que passaram a se transferir, sob inspiração de Vargas, ao PTB. Este movimento teria um duplo efeito: por um lado purificaria gradualmente o PSD gaúcho de seus elementos mais fiéis a Vargas, e por outro, fortaleceria o PTB a ponto de este poder desafiar a posição do PSD como maior partido regional já no pleito estadual de 1947 (CÁNEPA, 2005, p. 107).

A "desgetulização" do PSD gaúcho e o consequente fortalecimento do trabalhismo, ao nível regional, teria consequências profundas e duradouras sobre o sistema partidário gaúcho durante todo o período anterior a 1964, e mesmo em episódios e desdobramentos posteriores.

A corrente doutrinário-pasqualinista tinha origens distintas. Era composta por intelectuais progressistas— tratava-se de bacharéis e profissionais liberais — unidos em torno das ideias políticas e sociais do advogado Alberto Pasqualini. Oriundo do antigo PL, Pasqualini foi eleito vereador em Porto Alegre no ano de 1935, ocupou a Secretaria do Interior e Justiça na Interventoria de Ernesto Dornelles (1943/1944), dela demitindo-se em 23 de julho de 1943, por incompatibilidade com as práticas estadonovistas. Contudo, Pasqualini se posicionava em favor da legislação trabalhista e das ações de cunho social implementadas nos governos de Getúlio Vargas.

Alberto Pasqualini foi um dos grandes pensadores petebistas. Tanto ele quanto Vargas devem ser encarados como agentes de uma "divisão de tarefas" no seio do PTB. Antes de se contraporem, compunham uma "complementariedade conflitiva" em três níveis: primeiro, Vargas seria o expoente de um "projeto político nacional", enquanto Pasqualini, o articulador do "projeto de construção" petebista; segundo, Vargas seria o líder político em nível nacional e Pasqualini seria o líder regional; terceiro, no próprio partido, Vargas seria o "estrategista político" e Pasqualini, o "doutrinador e teórico"(BODEA, 1992, p.139). Para Getúlio, "o PTB era um componente importante — porém não exclusivo — de um projeto político mais amplo de implantação de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo. Para Pasqualini, o PTB era o instrumento fundamental de transformação social e implantação de uma sociedade mais justa" (IDEM, p.141). A ideia de harmonia social, propugnada como uma consequência de um capitalismo cristianizado ou mais humano, era um dos pilares do *pasqualinismo*. Alberto Pasqualini afirmava que:

> O objetivo básico do trabalhismo é a organização da sociedade de tal forma que se assegure a crescente eliminação da usura social. [...] Existe uma usura social quando

> as relações econômicas entre os membros de uma sociedade não estão baseadas nos princípios da justiça social. [...] A usura social é o que comumente se costuma denominar exploração do homem pelo homem (1958. p. 83-84).

O pensamento de Pasqualini tinha sua origem relacionada a sua formação cultural permeada pelos valores do catolicismo. Portanto, as influências, sobretudo da doutrina social da Igreja Católica aliadas a uma predisposição de origem social, serviram de referências concernentes às ideias político-partidárias de Pasqualini. Em suma, ele defendia o sistema capitalista, desde que fosse dirigido para o bem coletivo, pois via a possibilidade de um capitalismo solidário e humano baseado na cooperação (PAQUALINI, 1958, p.75). De acordo com o historiador Luiz Alberto Grijó:

> Ele sustentava a necessidade da "justiça social", a qual não seria alcançada pelo conflito entre grupos ou classes nem pelo embate ideológico, mas somente pela conversão dos "capitalistas" aos princípios humanistas e cristãos do "solidarismo". Assim, a "exploração" cessaria, pois os rendimentos do trabalho social não seriam apropriados individualmente como "lucro", mas teriam uma destinação coletiva. Os proletários obteriam "justa retribuição" por seu trabalho e, com condições adequadas de vida material, poderiam usufruir os benefícios da "civilização moderna", entre eles o acesso ao consumo de bens e serviços, sobretudo a educação. A função maior do Estado nesse "sistema" seria o de distribuidor. Com os recursos auferidos pelos impostos e tributos, se responsabilizaria por atividades que não fossem de interesse ou da possibilidade da iniciativa privada solidarista, como certas obras e empreendimentos de necessidade pública. O Estado seria ainda encarregado da distribuição de crédito facilitado para aqueles que precisassem, principalmente aos proletários, carentes de crédito habitacional, por exemplo, e aos pequenos produtores rurais, necessitados de crédito para mecanização e modernização de suas atividades. Ainda a respeito do campo, Pasqualini defendia a extensão da legislação trabalhista ao mundo rural (2007, p. 96).

A doutrina social da Igreja Católica e um vasto conhecimento histórico, sociológico e jurídico compõem as fontes do pensamento pasqualinista. Pasqualini foi um dos raros políticos no país que tiveram como preocupação buscar uma sustentação teórica para as posições assumidas por ele, pelos correligionários e pelo partido.

O pensamento pasqualinista permeou a criação da União Social Brasileira (USB), fundada em 1945, dois dias após a criação do PTB. Além de Pasqualini, escolhido presidente do agrupamento, fizeram parte, da USB, futuras lideranças petebistas como Egydio Michaelsen, João Caruso Scuderi, Aníbal di Primo Beck, entre outros.

O seu manifesto-programa, de 15 de setembro de 1945, estava baseado no princípio "solidarista" visando à superação do "capitalismo individualista". Para Pasqualini, "O programa da USB assenta, pois, no princípio da propriedade privada dos meios de produção, com limitações exigidas pelos interesses coletivos. Preconiza, porém, a socialização de uma parcela dos lucros" (CORREIO DO POVO, 23/09/1945, p.8). Alberto Pasqualini defendia

sugestões para um governo, ideias social-reformistas inspiradas principalmente no trabalhismo britânico — então em plena ascensão — e, em menor grau, na socialdemocracia européia. Exercendo a liderança da União Social Brasileira (USB), Pasqualini defendia, no *Manifesto da USB* (IDEM, p.8), a criação de um capitalismo sadio onde o fim social se sobreponha ao egoísmo: *"*[...] a USB não preconiza a socialização dos meios de produção, mas a criação de um capitalismo sadio onde o fim social se sobreponha ao egoísmo, ao interesse e ao proveito exclusivamente individual" (IBIDEM, p.10). Nesse sentido, a USB colocava-se a favor da preservação da legislação trabalhista e das conquistas sociais atribuídas à era varguista. Outros aspectos abordados destacam-se: a ampliação do mercado interno, a mais ampla autonomia sindical, a mortalidade infantil, a tuberculose, a integração das massas rurais na vida econômica do país, o financiamento para a construção de moradias, etc. Além disso, a USB pronuncia-se a favor da democracia baseada nos direitos fundamentais do homem, no sufrágio secreto com representação proporcional e na autonomia sindical.

Em sua essência, o projeto de sociedade defendido por Pasqualini, tal qual expresso no programa da USB, lançado em setembro de 1945, não entrava em conflito com a visão getulista da busca de uma incorporação ordenada da classe operária e das massas trabalhadoras no processo de desenvolvimento e modernização da nação.

A relação entre o PTB e a USB convergiu para a fusão organizativa entre ambas as correntes no ano de 1946, sob a sigla PTB. Muitos intelectuais da USB foram absorvidos para os quadros petebistas, enquanto o núcleo da USB mantinha significativa hegemonia doutrinária no partido. Todavia, permaneceram conflitos internos no partido. Conforme Miguel Bodea:

> De fato, a integração da USB no PTB gaúcho daria a ele um caráter bastante distintivo no seio do PTB nacional: era a única secção que absorveria um movimento de esquerda – claro que reformista, mas portador de um certo grau de elaboração doutrinária. A USB ocupava, de fato, pelo menos uma parcela do espaço político reservado à Esquerda Democrática em estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Tratava-se de uma esquerda democrática que optou por integrar-se no PTB e não na UDN, ao contrário do que ocorria em nível nacional. Ao nível regional, a consequência disto seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de "partido de esquerda" e não apenas "partido popular" ou simplesmente "legenda popular" como tendia a ser nos estados do centro do país. Por outro, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro no Rio Grande do Sul (1992, p. 28).

Nesta época de construção do PTB, Leonel Brizola, no período membro da ala acadêmica juntamente com Sereno Chaise e Fernando Ferrari, sofria influência concomitantemente dos três grupos criadores partido. Depois de sua gestão frente à prefeitura

de Porto Alegre[6], Brizola consegue a indicação do PTB para concorrer como candidato do partido a eleição ao governo gaúcho em 1958 (ROLIM, 2009, p.52).

Foi nesse período que, Brizola tornou-se o grande líder regional, e João Goulart, o líder nacional. "Em certo sentido, os reveses de 1954 – que culminariam com a morte de Vargas e o eclipse político de Pasqualini – marcam o final da tentativa de implementar o projeto político trabalhista a partir de uma base dual de apoio social: um setor modernizante da elite, aliado às camadas populares" (BODEA, 1992, p.209). A vinculação do PTB durante o período histórico de sua consolidação, na década de 1950 até o golpe civil-militar de 1964, com os sindicatos em especial com a CGT, era permanente.

A relação entre partido (PTB) e apoiadores se intensifica a partir dos sindicatos de trabalhadores. A historiadora Ângela de Castro Gomes (2007, p.63) aponta que os sindicatos se consolidavam como bases efetivas do PTB. Porém, em termos organizacionais, com o sucesso eleitoral do partido inicia-se um processo de nacionalização do PTB, aumentando as disputas internas. Segundo Gomes:

> Como partido de bases sindicalistas, comportava divergências nada desprezíveis; como partido fundado na mística de Vargas, atraía muitos interessados em tirar proveito dessa incrível fonte de votos. Brigava-se, em suma, pelas formas de conquistar o apoio dos trabalhadores, bem como pelo controle do prestígio que advinha de Vargas (2007, p. 63).

Embora sendo predominante, em sua composição interna, a presença de sindicalistas e estudantes, o PTB, nesse período de segunda metade dos anos 1950 e início dos 1960, passa a capitalizar o apoio de outros setores sociais. Isso o aproxima da formulação de Serge Bernstein:

> O caráter interclassista da formação dos partidos é inegável; porém, nenhum deles reflete pura e simplesmente as categorias sócio profissionais da população tomada em seu conjunto. Ressalta-se a heterogeneidade de seus apoios para a conquista do poder. Este é relacional, assimétrico, mas recíproco. Manifesta-se a partir de uma negociação desequilibrada, numa relação de troca desigual, em que um agente ganha mais do que o outro. Sendo uma relação de troca, ou melhor, manifestando-se por meio dela, o poder nunca é absoluto, os seus limites estão implícitos na própria natureza da interação (2003, p. 75).

Dos setores classistas que compunham o PTB, os setores nacional-reformistas, sob a liderança de Brizola, obtinham o apoio para suas ações políticas. Esse viés reformista-nacionalista, predominante durante a década de 1960 no PTB, foi responsável pela aproximação do mesmo com o PCB.

[6]Brizola foi prefeito de Porto Alegre entre 1956 e 1958.

Por fim, a organização do PTB enquanto um partido político moderno, centralizado em sua organização interna, não impediu a possibilidade de expressão e representação de diversas camadas sociais em suas ações políticas. A participação desses atores sociais era incentivada pelas lideranças petebistas, no sentido de tentar arregimentar um número cada vez maior de adeptos. Mesmo tendo uma organização interna oligarquizada, o PTB não deixava de adotar regras claras de funcionamento de uma democracia na escolha dos Diretórios Regionais, como indica o seu Regimento Interno:

> O Diretório Regional é constituído de, no mínimo 20 e, no máximo, de cem filiados, escolhidos pela Convenção (composta por filiados), por escrutínio. Cabendo ao Diretório escolher delegados e suplentes para a Convenção Nacional e fixar a orientação política dentro do Estado, visando à unidade de orientação do Partido e de acordo com as Diretrizes do Diretório Nacional (REGIMENTO INTERNO DO PARTIDO TRABALHISTA BRASIELIRO – Secção Rio Grande do Sul. 1958).

A coerência doutrinária deveria ser adotada por todos os membros, pois os mesmos deveriam seguir as orientações do Diretório Nacional. Na parte do documento partidário aparece também o incentivo à participação no partido, pois o filiado escolheria nas Convenções os integrantes de cada Diretório Regional. Além disso, os incentivos à participação dos adeptos do trabalhismo na estruturação dos programas partidários eram constantes. Isso se caracterizava como uma forma de legitimação dos dirigentes partidários ou coalizão dominante, como distingue Panebianco (2005, p.72-73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política está presente nas mediações das relações estabelecidas entre sujeitos na sociedade. As dimensões dela, no universo humano e social, são complexas, pois envolvem ações humanas imbuídas de relações de poder dentro da sociedade. Ela é atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder e isso permite afirmar que os partidos são políticos, porque têm a finalidade de chegar ao poder.

Estes, tem sua gênese, somente quando a sociedade atinge um determinado estágio de desenvolvimento, ou seja, quando congregam algumas condições de modernidade, tais como: a existência de uma especialização profissional, a constituição de um conjunto nacional e de uma consciência nacional pela expansão do mercado interno, o progresso dos meios de informação e, acima de tudo, a mobilidade espacial e social. Além disso, é necessário que, no interior desse desenvolvimento social, ocorra uma crise, uma ruptura para justificar a emergência de um partido. Então, um partido político surge como solução para certos

problemas, isto é, no espaço entre o problema e o discurso, onde se situa a mediação política.

Nessa mediação, através da linguagem que lhes é própria, os partidos devem articular as suas estratégias com as necessidades e/ou aspirações da população. Em decorrência disso as eleições são, por si só, objeto de observação, pois demonstram a complexidade de um determinado cenário político através da compreensão dos comportamentos dos eleitores.

No que diz respeito ao PTB, percebe-se que, por meio da construção simbólica, o partido pretendeu demonstrar preocupação com a moralidade administrativa. Esse partido também procurou mostrar o que estava em jogo na disputa eleitoral: dois lados opostos. De um, estavam os petebistas que defendiam os trabalhadores e preconizavam a justiça social, de outro, os pessedistas reacionários que ameaçavam as conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores, após a ascensão dos governos trabalhistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Em busca da cidadania política: o queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945). Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Dissertação). Porto Alegre, 2006.

ASTURIAN, Marcos Jovino. Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954). Dissertação (Mestrado em História) PPGH/UPF. Passo Fundo, 2011.

BANDEIRA, Moniz. Brizola e o Trabalhismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CORREIO DO POVO. 23 de setembro de 1945.

D'ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Ângela Maria de Castro. Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1985.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). 2. ed. São Paulo: LTR, 2011.

DURVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira. O sistema partidário a redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul*:* República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, v.4, 2007.

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. Getulismo e trabalhismo. São Paulo: Ática, 1989. p.71. Ver também: CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI. Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO. Daniel Aaarão. As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO. Daniel Aaarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, JR, Antônio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. Et al. O Brasil republicano*:* sociedade e política (1930-1964). 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1966.

MICHELS, Robert. Los partidos políticos: um estúdio de las tendências oligárquicas de la democracia moderna.Vol 1. Buenos Aires: Amorrutu Editores, 1972.

MÜLLER, Geraldo. A Economia Políticas Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: DACANAL, J.H; GONZAGA, S. (Org.). RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
PASQUALINI, Alberto. Bases e sugestões para uma prática social. vol.1. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

PENEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

REGIMENTO INTERNO DO PARTIDO TRABALHISTA BRASIELIRO – Secção Rio Grande do Sul, 1958.

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho:* Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROLIM, César Daniel de Assis. Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras:1961-1964. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A democracia interrompida. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). 3 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David (Org.). Os Partidos Políticos no Brasil. Brasília: Unb, v.1, 1981.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias. Programa de Pós-Graduação em História (Tese). PUCRS. Porto Alegre, 2008.

TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990).* Porto Alegre: Ediufrgs/Sulina, 1991.